

BOLETIM DE CONJUNTURA

Abril 2026

117

ÍNDICE

Mercado Ambulatório	pág.3
Encargos do SNS com Medicamentos	pág.6
Dívida das entidades públicas à IF	pág.8
Execução Orçamental do SNS	pág.9
Conjuntura Macroeconómica	pág.10
Conjuntura Legislativa e Regulamentar	pág.11
Estudos e Publicações	pág.12

Mercado Ambulatório

MERCADO FARMÁCIAS (PVA) - YTD 2026 (Abril.)

De acordo com os dados da IQVIA, em abril de 2026, o mercado farmacêutico ambulatório registou vendas de 262,6 M€, resultado da dispensa de 25,1 milhões de embalagens, a que correspondem aumentos homólogos de 14,9% e 6,4%, respectivamente.

No acumulado de 2026, as vendas totalizam 1.047,6 M€, +12,1% que em igual período de 2025, e 102,6 milhões de embalagens, valor igual a 2025. O PVA médio unitário foi de 10,21€, registando um aumento de +10,5% em termos homólogos.

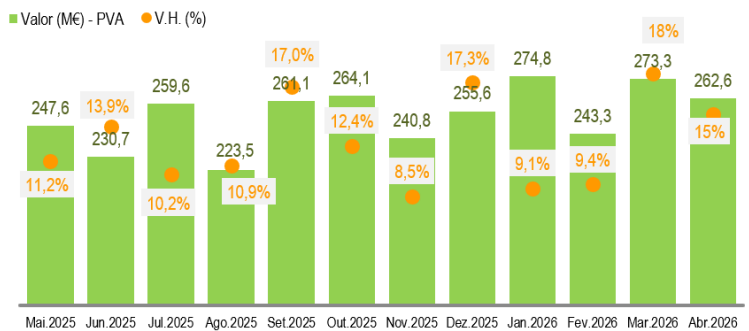
A dinâmica de crescimento, em valor, foi impulsionada fundamentalmente pelos medicamentos de marca, nomeadamente pelo medicamentos para emagrecimento. No que se refere ao volume, é o segmento dos MG que regista maior crescimento, +2,6%..

O Top 7 de classes terapêuticas, em valor, representando

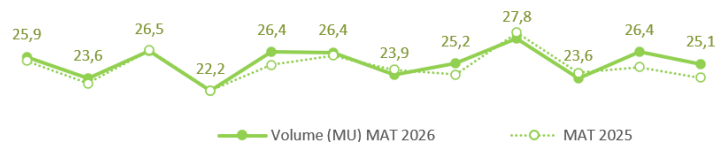
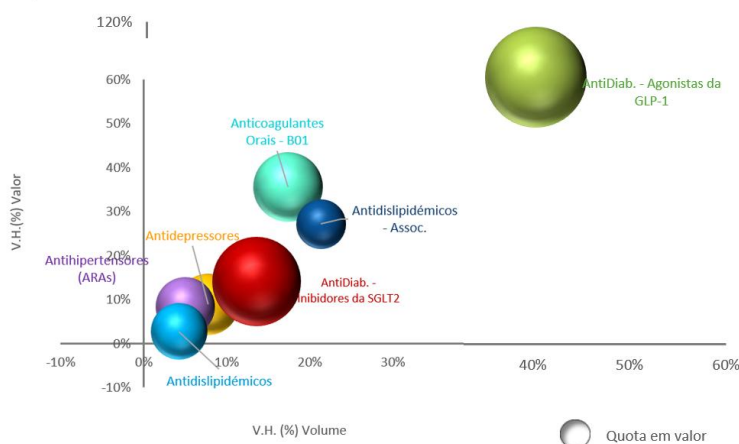
Mercado Ambulatório (PVA)	Abril.2026	V.H. (%)	YTD 2026	V.H. (%)
M. Valor (M€)	262,6	14,9%	1.047,6	12,1%
M. Volume (M. Emb.)	25,1	6,4%	102,6	1,5%
Preço médio unitário (€)	10,46	8,0%	10,21	10,5%
M. Comparticipado	190,2	104,6%	763,7	3,1%

37,3% do mercado, inclui os medicamentos usados no tratamento das doenças crónicas mais comuns. A ocupar o 1º lugar está a classe dos Agonistas da GLP-1 com uma quota de 9%, seguida da classe dos antidiabéticos orais inibidores da SGLT2, também com 8,8%, e dos anticoagulantes orais com 5,3% de quota. Em termos de dinâmica, todas as 7 classes registaram crescimento homólogo das vendas, em valor e volume.

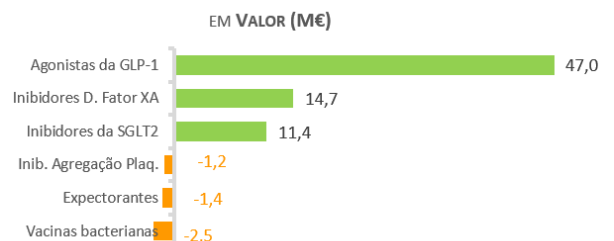
No acumulado a abril, a classe terapêutica com maior crescimento absoluto em valor, com mais 47 M€ de vendas, foi a dos Agonistas da GLP-1. Já a classe que mais contraiu foi a das vacinas bacterianas, com menos 2,5 M€. Em termos de volume, a classe com maior crescimento absoluto foi a dos Reguladores lipídicos em associação, com a dispensa de mais 410 mil de embalagens, em sentido oposto, a classe com maior redução homóloga foi a dos Analgésicos não narcóticos, com dispensa de menos 495 mil embalagens.



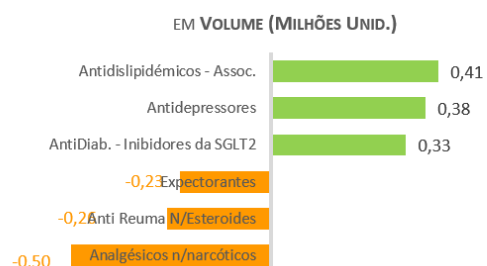
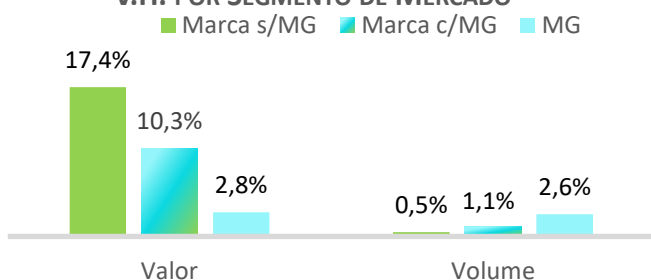
EVOLUÇÃO DO TOP 7 DAS CLASSES TERAPÊUTICAS - YTD 2026



YTD 2026 - TOP3 CLASSES TERAPÊUTICAS COM MAIORES VARIAÇÕES HOMÓLOGAS



V.H. POR SEGMENTO DE MERCADO



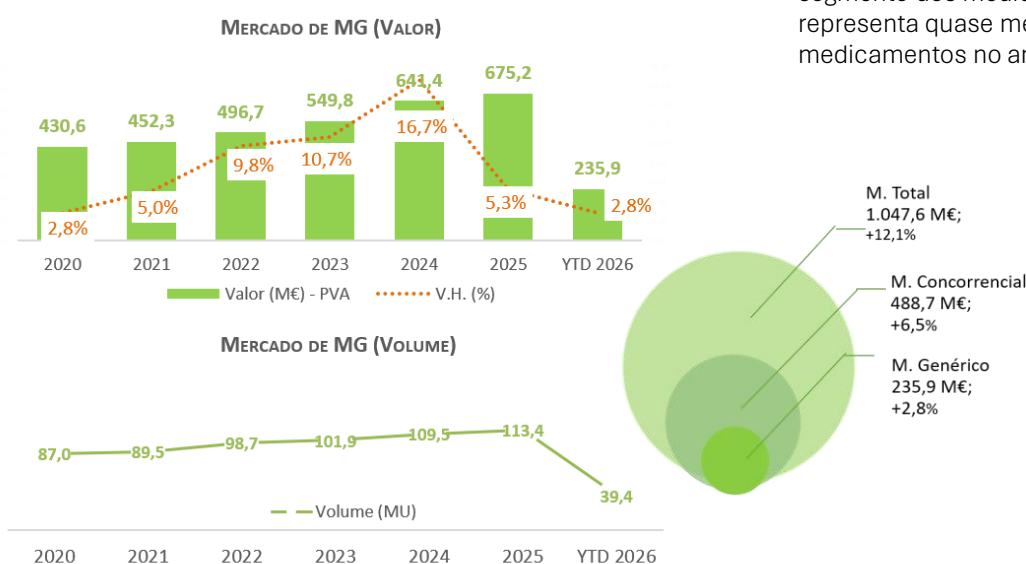
MERCADO GENÉRICO E CONCORRENCIAL (PVA) – YTD 2026 (Abr.)

Em abril de 2026, as vendas (a PVA) de medicamentos genéricos (MG) nas farmácias, mantiveram a dinâmica de crescimento homogêneo, totalizando 58 M€, resultado da dispensa de 9,7 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de +9,0% em valor, e 8,3%, em volume.

No acumulado do ano, o segmento de MG totaliza vendas de 235,9 M€, +2,8% que em igual período de 2025, com a dispensa de 39,4 milhões de embalagens, +2,6%, a um PVA médio unitário de 5,99 €, +0,2% em termos homólogos.

O mercado concorrencial, i.e., o mercado com grupos homogêneos, totalizou, no acumulado a abril, vendas de 488,7 M€, com a dispensa de 78,15 milhões de embalagens, com variações homólogas de +6,5% em valor e +1,9% em volume. O PVA médio unitário deste mercado foi de 6,68 euros, +4,6% face a igual período de 2025.

Em termos de quota de mercado, os MG têm uma quota, em volume unitário, no mercado total de 35,7%, que sobe para os 50,8% no mercado concorrencial. Já o mercado concorrencial tem, no mercado total, uma quota de 70,4% em volume unitário e de 46,7% em valor, ou seja, o segmento dos medicamentos com concorrência de MG representa quase metade do valor do mercado de medicamentos no ambulatório.



YTD 2026 (Abr)

V.H. (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	6,5%	1,2%
M. Genérico	2,8%	2,8%

Quota no M. Total (%)	Valor	Volume unitário
M. Concorrencial	46,7%	70,4%
M. Genérico	22,5%	35,7%

Fonte: Base de dados IQVIA, Análise NEA





MERCADO OTC (PVP) – YTD 2026 (Abr.)

De acordo com os dados do hMR, em abril de 2026, o mercado OTC, registou vendas (a PVP) de 44,2 M€ (valores a PVP), resultado da dispensa de 4 milhões de embalagens.

No acumulado de 2026, as vendas totalizam 179,9 M€ com a dispensa de 16,4 milhões de embalagens, a que correspondem variações homólogas de -2,8% em valor e -5,3% em volume, mantendo a dinâmica de contração registada nos últimos meses.

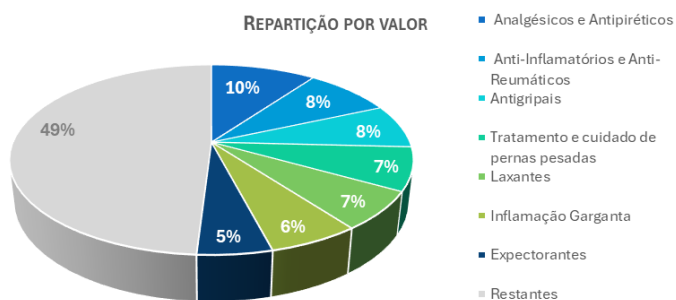
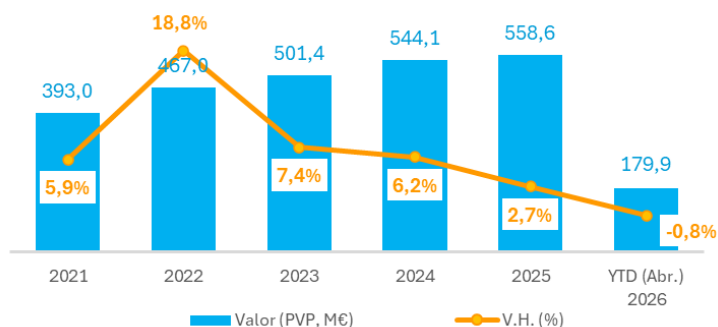
O PVP médio foi de 10,95 euros, +5,0% em termos homólogos.

As vendas deste segmento de mercado representam 12,3% do valor total do mercado ambulatório e 15,6% do volume.

MERCADO OTC VALOR (PVP)		2021	2022	2023	2024	2025	YTD (Abr.) 2026
Mercado Ambulatório de OTC	Valor M€	393,0	467,0	501,4	544,1	558,6	179,9
	Tx.V.H. %	5,9%	18,8%	7,4%	6,2%	2,7%	-0,8%
Volume M.	M.	43,5	50,7	51,2	53,2	52,4	16,4
	Tx.V.H. %	1,4%	16,6%	1,1%	3,8%	-1,5%	-5,3%
Quota no M. Ambulatório (valor)		%	12,7%	13,7%	14,0%	14,2%	13,2%
PVP médio unitário		€	9,04	9,21	9,78	10,20	10,66
							10,95

Fonte: Base de dados hMR, Análise NEA

MERCADO OTC EM VALOR



O top 7, em valor, representando 51% do mercado OTC (e 53,8% em volume) é ocupado pelas classes terapêuticas relacionadas com a gestão da dor, anti-inflamatórios e analgésicos, do tratamento das pernas pesadas, da gripe e constipações e laxantes. Com a exceção dos laxantes e dos medicamentos para tratamento das pernas pesadas, as restantes classes registaram, em termos homólogos, redução de vendas em valor.

Encargos do SNS com Medicamentos

ENCARGOS NO AMBULATÓRIO – YTD (Mar.) 2026

O relatório de monitorização do INFARMED, mostra a manutenção da dinâmica de crescimento homólogo dos encargos do SNS com medicamentos vendidos em farmácia (a PVP). Os encargos, em março, foram de 173,8M€, +12,3%, resultado da dispensa de 18,1 milhões de embalagens, +2,6%.

No acumulado do ano, os encargos totalizam 499,8 M€, +9,6% (+43,9 M€) em termos homólogos, com a dispensa de 52 milhões de embalagens, +2,6%.

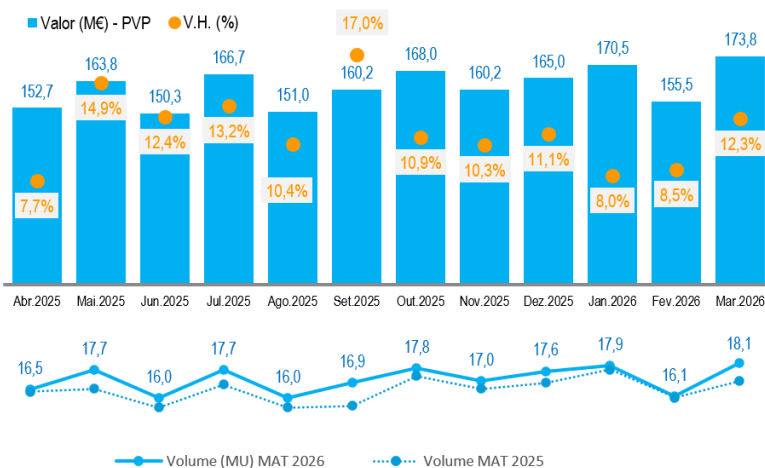
O PVP médio unitário do mercado do SNS foi de 14,27 euros, que equivale a uma variação homóloga de +4,1%.

A despesa dos utentes foi de 243,1 M€, +1,3%.

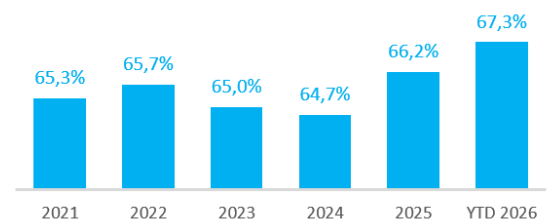
A quota, em unidades, dos medicamentos genéricos no mercado participado foi de 50,5%, -1,3 p.p. na comparação homóloga.

A taxa média de comparticipação situou-se nos 67,3%, representando um aumento homólogo de +1,8 p.p..

A classe terapêutica com maior aumento absoluto da despesa foi a dos Antidiabéticos (+13,2 M€), que é também a classe com maior quota de encargos. A classe com maior aumento absoluto em volume foi a dos Antidislipídicos (+364 mil embalagens).

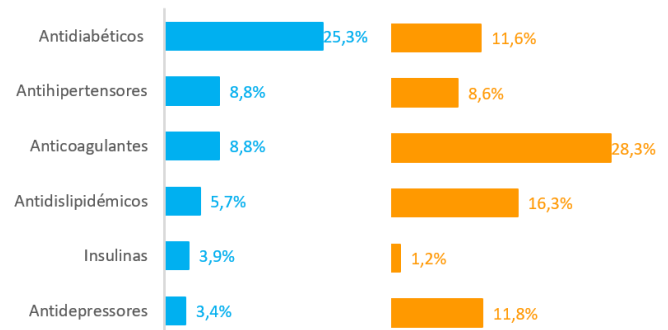


TX. MÉDIA DE COMPARTICIPAÇÃO



Encargos SNS - YTD 2026	Valor	499,8 M€	V.H.: +9,6%
	Volume	52 milhões Emb.	V.H.: 2,6%
	PVP médio	14,27 €	V.H.: +4,1%

TOP ENCARGOS - QUOTA EM VALOR



Volume SNS

+2,6%

1,3 Milhões de embalagens



Encargos SNS

+9,6%

+43,9 Milhões de €

Fonte: INFARMED



Encargos do SNS com Medicamentos

ENCARGOS Hospitalares – YTD (Mar.) 2026

O relatório de monitorização do INFARMED, mostra que o consumo hospitalar retomou, nos últimos 2 meses, a dinâmica de crescimento.

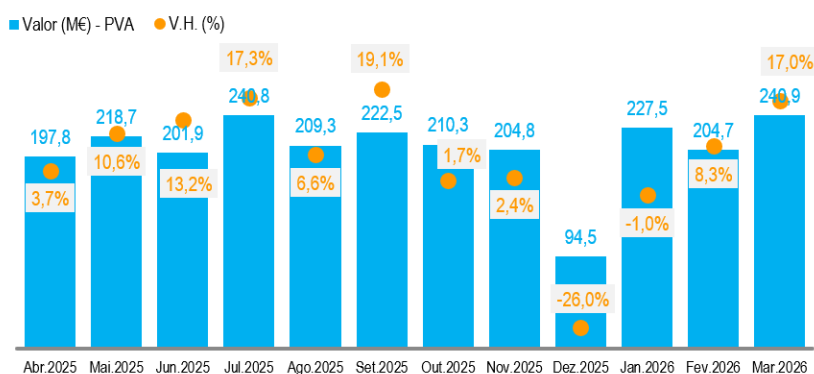
No acumulado a março, os encargos totalizam 673 M€, +7,7% (+48,3 M€) em termos homólogos, com a dispensa de 72,5 milhões de unidades CHNM, a que corresponde uma redução de -1,2% face a igual período de 2025.

A maioria do consumo, 84%, é do Hospital de dia e de produtos cedidos ao exterior.

No top 5 das indicações terapêuticas com maior consumo em valor, e que representam 59,3% da despesa, destaca-se a Oncologia, e destas 5 classes apenas as doenças inflamatórias registam redução de encargos em termos homólogos.

Os medicamentos órfãos representam 21,6% da despesa (145,2 M€) e registam um crescimento homólogo de +25,7%.

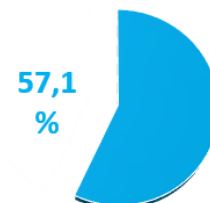
Os medicamentos biossimilares, que correspondem a 18 DCIs, têm uma quota, em unidades, de 57,1%, +3,4 p.p. face ao mesmo período de 2026.



QUOTA ÓRFÃOS EM VALOR (%)



QUOTA BIOSIMILARES EM UNIDADES (%)



Encargos SNS - YTD 2026	Valor	673 M€	V.H.: +7,7%
	Volume	72,5 milhões unidades	V.H.: -1,2%



Volume SNS

-1,2%

-0,9 Milhões de unidades CHNM

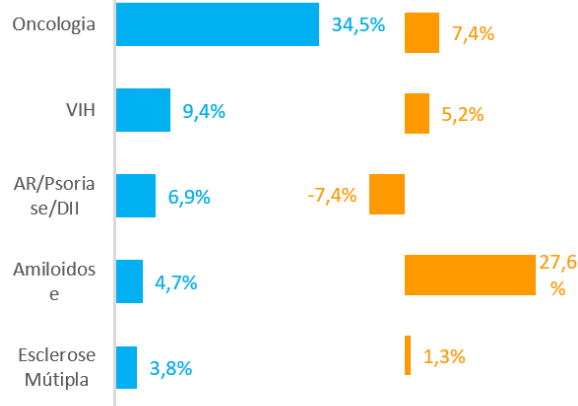


Encargos SNS

+7,7%

+48,3 Milhões de €

TOP ENCARGOS - QUOTA EM VALOR



Fonte: INFARMED

Dívida das Entidades Públicas à Indústria Farmacêutica

DÍVIDA a Mar.2026 – A dívida total registou, face ao mês anterior, uma redução de -32,6%, ou seja, menos 285,8 M€, totalizando 590,1 M€. Em termos homólogos corresponde a -29,9%.

A dívida vencida acompanhou a dinâmica, reduzindo para os 310,7 M€, uma redução de -40,4%, ou seja, menos 210,8 M€ face a fevereiro, representando 53% do total.

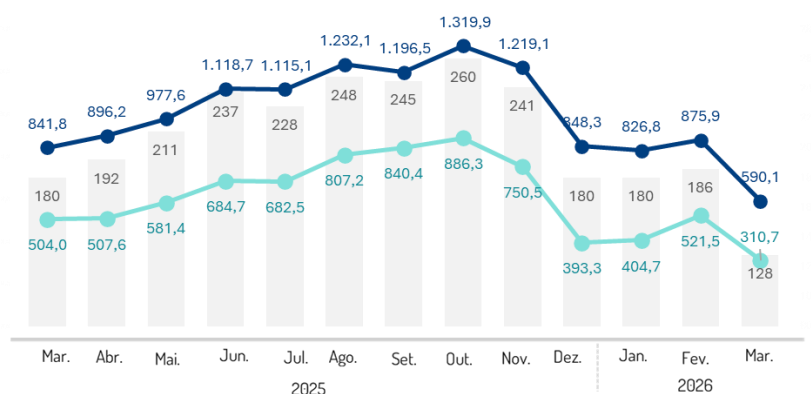
A redução verificada resultou de um pagamento extraordinário da dívida realizado pelo Ministério da Saúde.

O prazo médio de recebimento também reduziu para os 128 dias, mas ainda acima do disposto na Directiva dos Pagamentos e no Acordo Governo-APIFARMA 2025-2028.

A dívida às empresas de meios de diagnóstico *in vitro* (DiV), que representou 13% do total da dívida reportada, também diminuiu, totalizando 77,5 M€, menos -20,5% face a fevereiro.

A dívida dos sistemas regionais representa 9%, do valor total.

Fonte: APIFARMA - empresas associadas (medicamentos e de DiV)

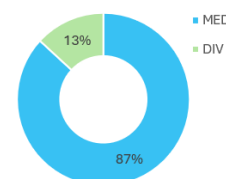


● Dívida Total (M€) ● Dívida Vencida (M€) ■ PMR (dias)

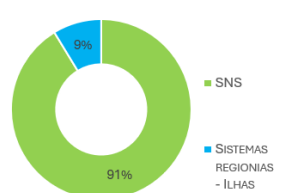
Antiguidade



Por sector



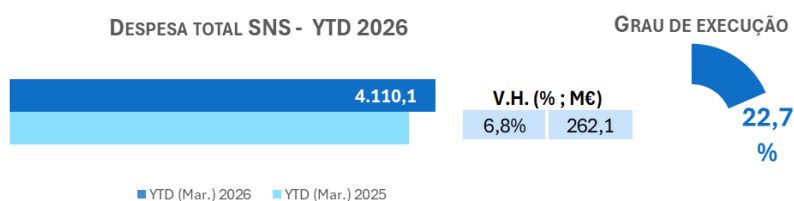
Por entidade



Execução Orçamental do SNS – Mar.2026

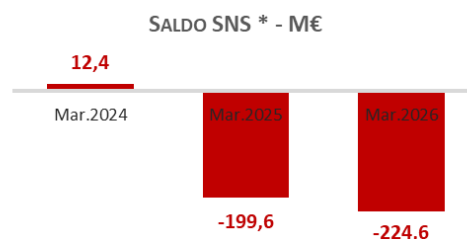
De acordo com a Entidade Orçamental, em Março, a execução orçamental do SNS, registou um saldo (sem considerar as dotações de capital) de -224,6 M€, representando uma detioração de 25 M€ face ao período homólogo, resultado do aumento da despesa de +6,8%, que superou o crescimento da receita em 6,5%.

A execução acumulada representa 22,7% do valor orçamentado para o ano de 2026.



O total da despesa foi de 4,110,1 M€, mais 6,8% que em igual período de 2025, ou seja, mais 262,1 M€.

O valor de investimento cifrou-se em 35,1 M€, -5,9% que em igual período de 2025, representando uma execução de 3,3% face ao valor orçamentado para o ano.

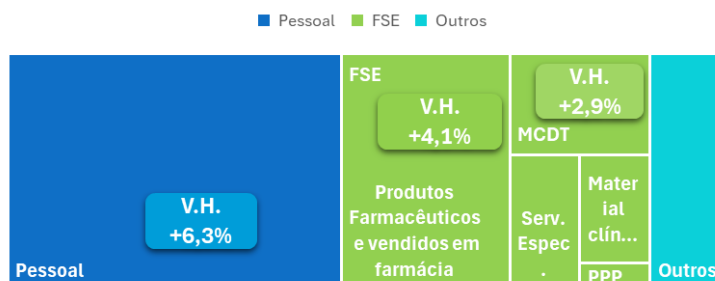


O aumento homólogo da despesa é influenciada fundamentalmente pelas rubricas de Pessoal (+6,3%) e dos Fornecimentos e serviços externos (+4,1%). Nesta última categoria apenas os produtos farmacêuticos registaram uma variação homóloga de +4,7%.

A despesa do SNS com Medicamentos (produtos vendidos em farmácia + produtos farmacêuticos), aumentou 41% e representa 23,5% do valor total da despesa do SNS.

A despesa com Recursos humanos representa, no acumulado, 46,4% do total da despesa.

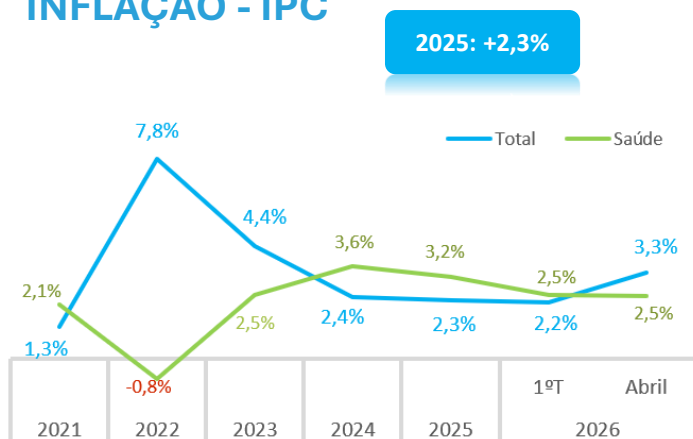
REPARTIÇÃO DA DESPESA (M€)



Fonte: Entidade Orçamental;
Saldo antes de dotação extraordinária

Conjuntura Macroeconómica

INFLAÇÃO - IPC



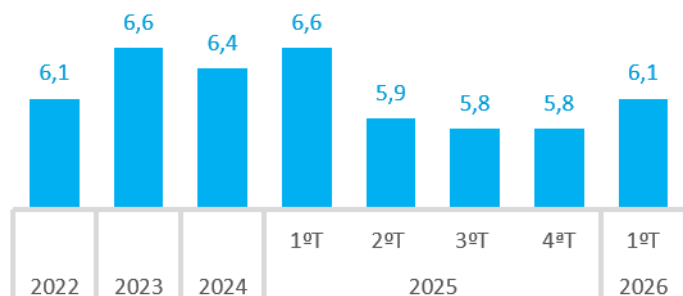
Fonte: INE

Inflação: De acordo com o INE, em abril, o IPC registado foi de 3,3%, taxa superior em 0,6 p.p. à observada no mês anterior. A aceleração é maioritariamente explicada pelo aumento do preço dos combustíveis. O indicador de inflação subjacente registou uma variação de 2,2%.

Nas classes com maiores contribuições positivas para a variação homóloga do IPC, destacam-se a dos Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, a dos Transportes e dos Restaurantes e hotéis. Em sentido contrário, destacam-se as classes do Vestuário e calçado e da Informação e comunicação.

Em abril de 2026, a taxa de inflação anual, medida pelo IHPC, foi de 3,3% para Portugal, de 3,0% para a Zona Euro e 3,2% para a UE27.

Desemprego



Fonte: INE

Taxa de Desemprego: De acordo com os do INE, a taxa de desemprego no 1ºT 2026 foi de 6,1%, valor superior em 0,3 p.p. ao do trimestre anterior e inferior em 0,5 p.p. por comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

A população desempregada foi estimada em 346,3 mil pessoas, e 35,6% da população desempregada encontrava-se nesta condição há 12 e mais meses (desemprego de longa duração).



Conjuntura Legislativa e Regulamentar

LEGISLATIVA

Código Fiscal do Investimento | SIFIDE II

A [Lei n.º 13/2026](#), de 16 de Abril, autoriza o Governo a alterar o Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial II (SIFIDE II) até 2026 e revogando a possibilidade da sua aplicação indirecta através de fundos de investimento.

Licença Diverde

Foi [publicada](#) a licença da DIVERDE, entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Produtos de Autocuidados de Saúde no Domicílio (SIGRASD), criando, pela primeira vez em Portugal, uma solução estruturada e de âmbito nacional para a gestão de resíduos cortoperfurantes produzidos em contexto doméstico.

REGULAMENTAR

Listas de controlo de transações de medicamentos

Com a [Circular Informativa n.º 039/CD/100.20.200](#) de 13/04/2026 o INFARMED procede à atualização das listas de controlo de transações de medicamentos para o exterior para abril 2026.

Lista de medicamentos comparticipados

Lista dos novos medicamentos comparticipados com início de comercialização a 1 de [Abril](#) 2026, fornecida pelo INFARMED.

Lista Grupos Homogéneos e Preços de Referência 2ºT 2026

A Direção Europeia da Qualidade do Medicamento e Cuidados de Saúde (EDQM) [publicou](#) novas orientações sobre boas práticas para a rastreabilidade de medicamentos em ambiente hospitalar, com o objetivo de reduzir erros de medicação e reforçar a segurança do doente.

Tracker de Processos

O INFARMED, I.P. lançou uma nova [ferramenta](#) digital que permite acompanhar o estado dos processos de comparticipação e financiamento de medicamentos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) desde a sua submissão pelo Titular de Autorização de Introdução no Mercado (AIM) ao Infarmed via Sistema de Informação para a Avaliação das Tecnologias de Saúde (SIATS) até à proposta de decisão do Infarmed.



Estudos e Publicações

ESTATÍSTICAS DA SAÚDE - 2024 – A [publicação](#) do INE apresenta os dados estatísticos sobre saúde relativos a Portugal, principalmente para o ano de 2024, abrangendo dez subtemas com desagregação geográfica: estado de saúde, hospitais, farmácias e medicamentos, pessoal de saúde inscrito, partos, mortalidade geral, mortalidade infantil, mortalidade neonatal, mortalidade fetal e a Conta Satélite da Saúde.

Destaque para o SNS que continua a ser a principal resposta para quem precisa de cuidados de saúde em Portugal: em 2024, assegurou 79,9% dos atendimentos em urgência, 73,5% das cirurgias, 73% dos internamentos e 85,1% dos atos complementares de diagnóstico e/ou terapêutica. Nas consultas, o SNS assegurou mais de 60%, "mas esta é a componente de atividade em que os hospitais privados conseguiram atingir o peso mais expressivo, representando 37,6% do total.

Numa análise ao estado de saúde, o INE salienta que, em 2025, quase metade (42,3%) da população residente em Portugal com 16 ou mais anos afirma ter uma doença crónica ou problema de saúde prolongado, o que representa um aumento de 1,8 pontos percentuais face a 2024 e que colocam Portugal como o terceiro pior entre os 27 países da União Europeia. No que diz respeito à esperança de vida à nascença, em 2023 foi estimada em 85,3 anos para as mulheres e 79,5 anos para os homens. Quanto a anos de vida saudável à nascença, era mais baixa para as mulheres (58,3 anos) do que para os homens (61 anos). No caso das mulheres, "são menos cinco anos do que a média europeia, enquanto nos homens são menos 1,8 anos".

THE HEALTH AND ECONOMIC BENEFITS OF TACKLING NON-COMMUNICABLE DISEASES– A OCDE [divulgou](#) um relatório que destaca o forte impacto das doenças não transmissíveis (DNT) — como as doenças cardiovasculares, o cancro, a diabetes e as doenças respiratórias crónicas — na saúde da população e na economia dos países.

O relatório evidencia que as DNT têm um impacto económico relevante, ao reduzir a produtividade, aumentar o absentismo e pressionar as finanças públicas. O relatório estima que, só devido ao envelhecimento da população, o número de novos casos de cancro, doenças cardiovasculares, diabetes e doença pulmonar obstrutiva crónica aumente 29% na União Europeia (UE) entre 2026 e 2050 e a prevalência de multimorbilidade dispare 70% na UE

A aposta na prevenção dos factores de risco e diagnóstico precoce revela-se mais eficaz, em termos económicos e sociais, do que intervenções centradas apenas no tratamento, reforçando a importância de estratégias integradas de promoção de estilos de vida saudáveis e de prevenção da doença. Investir na prevenção e no controlo das DNT é, assim, uma condição essencial para promover uma Europa mais saudável, resiliente e economicamente sustentável. Os resultados da análise indicam que, sem intervenção adicional, o peso das DNT deverá aumentar de forma significativa nas próximas décadas, impulsionado pelo envelhecimento da população, pela evolução dos estilos de vida e pelo aumento da sobrevivência com doença crónica, aumentando a comorbilidade e a despesa em saúde.

Em [Portugal](#), as DNT representam igualmente um dos principais desafios de saúde pública. Mantêm uma prevalência elevada apesar dos progressos em alguns factores de risco e estão associadas a mais de metade das mortes prematuras.

THE ESCALATING BURDEN OF NON-COMMUNICABLE DISEASES DEMANDS NEW SOLUTIONS – EFPIA propõe [plano](#) para travar peso das doenças não transmissíveis na Europa.

As doenças não transmissíveis (DNT) são responsáveis por 88 a 90% de todas as mortes na Europa e quase um em cada três europeus com mais de 50 anos vive com duas ou mais doenças crónicas – uma prevalência que “está a aumentar em vários países europeus. O seu impacto económico é igualmente significativo: em 2023, “cinco das principais DNT custaram à UE cerca de 530 mil milhões de euros – mais de 3% do PIB da União”. São, por isso, “o maior desafio de saúde da Europa e um risco económico crescente”.

Para responder a este cenário, a EFPIA propõe um programa de mudanças estratégicas: 1) Aposta na prevenção - Considerando que até 60% das DNT são evitáveis, devem ser ampliados os programas de rastreio e alargada a vacinação de adultos.; 2) Acompanhamento contínuo - Investir em cuidados de saúde primários, em modelos integrados e multidisciplinares e em percursos de cuidados padronizados, substituindo os incentivos baseados no volume por modelos de financiamento baseados no valor; 3) Levar a inovação aos doentes - Assegurar um enquadramento competitivo que incentive o investimento, a inovação e o acesso a medicamentos, diagnósticos e saúde digital; e 4) Acelerar a transformação digital - Apostar nas tecnologias digitais, inteligência artificial, monitorização remota e sistemas interoperáveis de dados de saúde para melhorar a coordenação dos cuidados e atenuar a escassez de profissionais.



OECD Health Policy Studies

The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases



Estudos e Publicações

PERSPETIVAS ECONÓMICAS E ORÇAMENTAIS 2026 2030 – O Conselho das Finanças Públicas (CFP) divulgou o [documento](#) onde antecipam um crescimento moderado da economia portuguesa ao longo do período 2026 a 2030, num contexto marcado por elevada incerteza externa.

Para 2026, projecta-se um crescimento do PIB de 1,6%, afectado por choques climáticos internos e pelo agravamento do contexto geopolítico e energético internacional, com reflexos na inflação, que deverá subir para 2,9%.

Para 2026, estima-se um saldo próximo do equilíbrio, seguido de um regresso gradual a défices moderados a partir de 2027, atingindo cerca de 1% do PIB em 2030, sobretudo devido a medidas permanentes de desagravamento fiscal e ao aumento dos encargos com juros da dívida pública.

A dívida pública mantém uma trajectória descendente ao longo do horizonte, devendo situar-se em torno de 81,5% do PIB em 2030.

No plano da saúde, o relatório identifica como risco orçamental as despesas acrescidas com saúde em função do envelhecimento da população portuguesa e do desenvolvimento tecnológico.

THE 2026 EUROPE REPORT OF THE LANCET COUNTDOWN ON HEALTH AND CLIMATE CHANGE: NARROWING WINDOW FOR DECISIVE HEALTH ACTION – A edição de 2026 do [relatório](#) Lancet Countdown in Europe analisa a forma como as alterações climáticas estão a afetar a saúde das populações e como os países europeus estão a responder através de políticas climáticas. Portugal surge entre os países que mais reduzem emissões, mas continua altamente vulnerável ao calor extremo e a outras ameaças

The 2026 Europe report of the *Lancet* Countdown on health and climate change: narrowing window for decisive health action

Hedi K Kruit, PhD ^{1,2,3,4,5,6}, José Chen-Xu, PhD ^{6,7}, Prof Jan C Semenza, PhD ^{3,6}, Hannah Heitiger, PhD ¹, Prof Anil Markandya, PhD ⁶, Prof Niheer Dasandi, PhD ⁸, et al. [Show more](#)

[Affiliations & Notes](#) [Article Info](#) [Linked Articles \(1\)](#)

[Download PDF](#) [Cite](#) [Share](#) [Set Alert](#) [Get Rights](#) [Reprints](#)

Executive summary

This third iteration of the *Lancet* Countdown on health and climate change in Europe report systematically tracks the health effects of climate change: adaptation and mitigation action, economics and finance, and the engagement of various societal actors with the climate change and health nexus, drawing on data up to 2025. The report features seven new indicators, methodological updates, extended time series for existing indicators, and highlights inequalities in health risks and impacts where possible.

The current health risks and impacts of climate change

Indicators reveal a marked increase in both direct and indirect negative health impacts of heat exposure in Europe. Nearly all European regions monitored (823/99.6%) saw increased numbers of deaths attributable to heat during 2015–24 compared with



BOLETIM DE CONJUNTURA

Abril 2026